Debate ao compromisso: caminhos para um SUAS preparado para as emergências climáticas

Cinthia Miranda



Ações Socioassistenciais de caráter Emergencial

LOAS

Pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências

PNAS

Ações de apoio a situações de riscos circunstanciais, em decorrência de calamidades públicas e emergências

NOB

Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências

Tipificação Nacional

Estabelecer caminhos para Operacionalização

O Ecossistema de Resposta do MDS

As ferramentas operacionais, secretarias e bases de dados ativadas durante o estado de emergência.



CadÚnico

Base de dados para mapeamento de perfis e cruzamento intersetorial.

BPC

Em situações de calamidade pública, a antecipação do benefício constitui uma medida excepcional para reduzir os impactos sociais e econômicos.

PBF

O Protocolo prevê a possibilidade de antecipação de pagamentos, unificação de calendários e flexibilização de regras em situações de emergência.

SNAS

Gerencia o SUAS e o cofinanciamento federal para calamidades.

SESAN

- **ADA** - ação de distribuição de alimentos emergenciais;
- **PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos
- **Cozinhas Solidárias** - apoio para atuação em emergências

FORSUAS

Equipes multidisciplinares para apoio psicossocial e proteção contra violências *in loco*.

Atuação Integrada

OMDS atua de forma integrada com suas ferramentas, secretarias e bases de dados para assegurar respostas rápidas, coordenadas e eficazes em situações de calamidade pública.



Organograma

MDS

- Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome

SNAS

- Secretaria Nacional de Assistência Social

DPSE

- Departamento de Proteção Social Especial

CGSCPE

- Coordenação Geral do Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências no SUAS

FORSUAS

- Força de Proteção do SUAS

REUNIÃO DESCENTRALIZADA E AMPLIADA DO CNAS

Programação



Emergência climática e especificidades socioterritoriais: desafios para a proteção social e o controle social no SUAS

Kubitschek Plaza Hotel - Setor Hoteleiro Norte - SHN, Quadra 2, Bloco E, Asa Norte, em Brasília/DF.

11 de novembro

8h – Credenciamento

9h às 10h – Solenidade de abertura

10h às 12h – Conferência Magna

"O território sente primeiro: emergência climática, desigualdades e proteção social"

Objetivo: Contextualizar os impactos das mudanças climáticas sobre as desigualdades sociais e territoriais, refletindo sobre os desafios apresentados ao Estado, às políticas públicas e, especialmente, ao SUAS.

Convidados/as:

- **Profª. Drª. Jucimeri Silveira** - PUC/PR;
- **Srª. Inamara Mélo**, Diretora do DPAR, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- **Drª. Renata Gracie**, Coordenadora do Observatório Clima e Saúde e do GT Clima e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
- **Sr. Victor Marchezini**, Pesquisador do CEMADEN
- **Sr. Regis Spíndola**, Diretor do DPSE/SNAS/MDS)

12h às 14h – Almoço

14h às 16h – Painel II

"Antes que a emergência aconteça: prevenção, preparação e proteção social nos territórios"

Objetivo: Discutir a atuação preventiva do SUAS, a preparação dos territórios e a articulação entre políticas públicas, movimentos sociais e comunidades na proteção das populações expostas a riscos e emergências climáticas.

Convidados/as:

- **Srª. Maria Gonçalves** – Representante do MAB.
- **Sr. Joelson Reis** – Secretário Executivo de Assistência Social do Recife/PE (SEAS).
- **Srª. Maria de Fátima Rosário** – Liderança comunitária, representante da população atingida pelas emergências climáticas e defensora da proteção social nos territórios.
- **Srª. Sarah Gomes** – Assistente Social do CRAS Volante Distritos (SMAS), Mariana/MG.

16h às 18h – Debate

SUAS CNAS Conselho Nacional de Assistência Social

REUNIÃO DESCENTRALIZADA E AMPLIADA DO CNAS

Programação

Emergência climática e especificidades socioterritoriais: desafios para a proteção social e o controle social no SUAS

Kubitschek Plaza Hotel - Setor Hoteleiro Norte - SHN, Quadra 2, Bloco E, Asa Norte, em Brasília/DF.

12 de novembro

9h às 10h30 – Painel III

"Conselhos presentes, direitos protegidos: o controle social diante das emergências climáticas"

Objetivo: Debater as atribuições dos conselhos de assistência social antes, durante e depois das emergências, com atenção ao planejamento, financiamento, fiscalização, participação popular e defesa dos direitos das populações atingidas.

Convidados/as:

- **Sr. Antônio Mancuzo** – Conselheiro Nacional e Coordenador-Geral de Projetos da DPSE/SNAS/MDS.
- **Sr. Renato de Paulo** – Professor da UFG.
- **Sra. Mariana Marangoni**, Presidente do CEAS/ES.
- **Sr. Bruno Donato** – Representante de usuários e vice-presidente do CEAS/ES.
- **Sr. Luis Carlos Silva** – Presidente do CMAS de Canoas/RS.

10h30 às 12h – Debate

12h às 14h – Almoço

14h às 17h – Painel IV

"Do debate ao compromisso: caminhos para um SUAS preparado para as emergências climáticas"

Objetivo: Sistematizar os principais debates da RDA e construir prioridades, recomendações e compromissos para o fortalecimento da proteção social e do controle social diante das emergências climáticas.

Convidada:

- **Srª. Cinthia Miranda** – Coordenadora-Geral do Serviço de Situações de Calamidades Públicas e Emergências no SUAS (DPSE/SNAS/MDS).

17h – Encerramento.

SUAS CNAS Conselho Nacional de Assistência Social

Painel I - Conferência Magna
“O território sente primeiro: emergência climática, desigualdades e proteção social”

Objetivo: contextualizar os impactos das mudanças climáticas sobre as desigualdades sociais e territoriais, refletindo sobre os desafios apresentados ao Estado, às políticas públicas e, especialmente, ao SUAS.

Jucimeri Silveira (PUC/PR): Destacou que a crise climática intensifica desigualdades sociais e territoriais, exigindo um SUAS conectado às realidades locais, que reconheça a diversidade dos povos e comunidades. Defendeu o planejamento antecipado, a justiça climática e o fortalecimento da ForSUAS na prevenção e resposta aos desastres.

Inamara Mélo (MMA): Apresentou a agenda climática nacional, com destaque para o Plano Clima, a Estratégia Nacional de Adaptação e a necessidade de articulação entre governo e sociedade. Ressaltou a justiça climática, a transição justa e o papel das políticas sociais, como o Bolsa Família, na proteção das populações vulneráveis.

Renata Gracie (Fiocruz): Evidenciou o caráter antropogênico e a aceleração das mudanças climáticas, destacando a distribuição desigual de seus impactos. Reforçou a importância de diagnósticos territoriais, geoprocessamento, produção de conhecimento e comunicação dos riscos, especialmente diante de ameaças à saúde, como as ondas de calor.

Painel I - Conferência Magna
“O território sente primeiro: emergência climática, desigualdades e proteção social”

Victor Marchezini (CEMADEN): Defendeu o fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres, com planejamento prévio, financiamento público e redução das vulnerabilidades. Destacou a importância de sistemas de alerta eficazes, comunicação de risco acessível e uso de mapas e diagnósticos territoriais para orientar planos de contingência e proteger os equipamentos socioassistenciais.

Regis Spíndola (DPSE/SNAS/MDS): Ressaltou que os desastres resultam da combinação entre eventos adversos e vulnerabilidades preexistentes, tendendo a afetar desigualmente os territórios e as populações. Destacou o papel do SUAS na proteção social, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Reforçou a necessidade de incorporar o enfrentamento ao racismo ambiental no planejamento e na atuação socioassistencial.

A preparação do SUAS para as mudanças climáticas exige planejamento, leitura das desigualdades territoriais, produção e utilização de informações qualificadas, comunicação de riscos e articulação intersetorial, reconhecendo a assistência social como política estratégica para a proteção da vida e a garantia de direitos diante de emergências e desastres.

REUNIÃO DESCENTRALIZADA E AMPLIADA DO CNAS

Programação



Emergência climática e especificidades socioterritoriais: desafios para a proteção social e o controle social no SUAS

Kubitschek Plaza Hotel - Setor Hoteleiro Norte - SHN, Quadra 2, Bloco E, Asa Norte, em Brasília/DF.

11 de novembro

8h – Credenciamento

9h às 10h – Solenidade de abertura

10h às 12h – Conferência Magna

"O território sente primeiro: emergência climática, desigualdades e proteção social"

Objetivo: Contextualizar os impactos das mudanças climáticas sobre as desigualdades sociais e territoriais, refletindo sobre os desafios apresentados ao Estado, às políticas públicas e, especialmente, ao SUAS.

Convidados/as:

- **Profª. Drª. Jucimeri Silveira** - PUC/PR;
- **Srª. Inamara Mélo**, Diretora do DPAR, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- **Drª. Renata Gracie**, Coordenadora do Observatório Clima e Saúde e do GT Clima e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
- **Sr. Victor Marchezini**, Pesquisador do CEMADEN
- **Sr. Regis Spíndola**, Diretor do DPSE/SNAS/MDS)

12h às 14h – Almoço

14h às 16h – Painel II

"Antes que a emergência aconteça: prevenção, preparação e proteção social nos territórios"

Objetivo: Discutir a atuação preventiva do SUAS, a preparação dos territórios e a articulação entre políticas públicas, movimentos sociais e comunidades na proteção das populações expostas a riscos e emergências climáticas.

Convidados/as:

- **Srª. Maria Gonçalves** – Representante do MAB.
- **Sr. Joelson Reis** – Secretário Executivo de Assistência Social do Recife/PE (SEAS).
- **Srª. Maria de Fátima Rosário** – Liderança comunitária, representante da população atingida pelas emergências climáticas e defensora da proteção social nos territórios.
- **Srª. Sarah Gomes** – Assistente Social do CRAS Volante Distritos (SMAS), Mariana/MG.

16h às 18h – Debate

SUAS CNAS Conselho Nacional de Assistência Social

REUNIÃO DESCENTRALIZADA E AMPLIADA DO CNAS

Programação

Emergência climática e especificidades socioterritoriais: desafios para a proteção social e o controle social no SUAS

Kubitschek Plaza Hotel - Setor Hoteleiro Norte - SHN, Quadra 2, Bloco E, Asa Norte, em Brasília/DF.

12 de novembro

9h às 10h30 – Painel III

"Conselhos presentes, direitos protegidos: o controle social diante das emergências climáticas"

Objetivo: Debater as atribuições dos conselhos de assistência social antes, durante e depois das emergências, com atenção ao planejamento, financiamento, fiscalização, participação popular e defesa dos direitos das populações atingidas.

Convidados/as:

- **Sr. Antônio Mancuzo** – Conselheiro Nacional e Coordenador-Geral de Projetos da DPSE/SNAS/MDS.
- **Sr. Renato de Paulo** – Professor da UFG.
- **Sra. Mariana Marangoni**, Presidente do CEAS/ES.
- **Sr. Bruno Donato** – Representante de usuários e vice-presidente do CEAS/ES.
- **Sr. Luis Carlos Silva** – Presidente do CMAS de Canoas/RS.

10h30 às 12h – Debate

12h às 14h – Almoço

14h às 17h – Painel IV

"Do debate ao compromisso: caminhos para um SUAS preparado para as emergências climáticas"

Objetivo: Sistematizar os principais debates da RDA e construir prioridades, recomendações e compromissos para o fortalecimento da proteção social e do controle social diante das emergências climáticas.

Convidada:

- **Srª. Cinthia Miranda** – Coordenadora-Geral do Serviço de Situações de Calamidades Públicas e Emergências no SUAS (DPSE/SNAS/MDS).

17h – Encerramento.

SUAS CNAS Conselho Nacional de Assistência Social

Princípios e Diretrizes do SUAS



A Proteção Social no SUAS é organizada a partir de princípios e diretrizes que garantem acesso a direitos, reconhecem as diversidades dos territórios e orientam a atuação articulada entre gestão, serviços e controle social.

Vulnerabilidades e Proteção Social

As vulnerabilidades e os riscos sociais atingem famílias e territórios de diferentes formas, podendo comprometer o acesso a direitos.

Nesse contexto, a Assistência Social atua na prevenção de riscos, no fortalecimento de vínculos e na promoção da proteção social, contribuindo para a garantia de direitos e para o desenvolvimento das capacidades protetivas das famílias e territórios.

A Estrutura da Proteção Social no SUAS

Proteção Social Básica
Prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais por meio do fortalecimento de vínculos familiares e territorial, do desenvolvimento de potencialidades e da ampliação do acesso a direitos.

Proteção Social Especial
Atendimento a situações de risco pessoal e social decorrentes de violação de direitos, por meio de ações especializadas de média e alta complexidade.

Orientações Técnicas e Capacitação









ACESSE AQUI









O que NÃO muda?

SUAS
Sistema Único de Assistência Social

UM SUAS FORTE

O que muda?

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Para saber o que é ou não do SUAS, devemos ter em mente nossos normativos. Eles não mudam, só porque estamos em situação de emergência. Nossa essência continua a mesma.

- As funções, objetivos e princípios do SUAS;
- As seguranças afiançadas;
- Para "quem dele necessitar";
- Nossas atribuições;
- A participação e empoderamento do usuário.

Flexibilização,
Governança,
Temporalidades mudam

- As temporalidades;
- A burocracia;
- As escalas de trabalho;
- A governança;
- A comunicação

Desde o último ano, o Governo Federal tem definido medidas para **reduzir vulnerabilidades** e ampliar a capacidade de adaptação aos impactos da **mudança do clima**



A **Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)** ajudou a compor essas ações por meio do **Plano Clima Adaptação** e do **Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil**





PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Diretriz 1: Conhecimento dos Riscos e dos Desastres para **Fortalecer** o Planejamento e a Execução das **Ações de Proteção e Defesa Civil**

Meta - Sistematizar banco de boas práticas de ações socioassistenciais de base comunitária, com ênfase em soluções baseadas em conhecimentos tradicionais do território.

PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Diretriz 2: Gestão e Redução de Riscos e de Desastres

Meta - Elaborar e atualizar orientações técnicas para a atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em emergências.

Diretriz 3: Gestão de Desastres para o **Fortalecimento das Ações de Resposta dos Desastres e da Recuperação de áreas afetadas**, com ênfase em reconstruir melhor e na adoção de infraestruturas resilientes

Meta - Potencializar as ações da **Força de Proteção do SUAS/FORSUAS** (estratégia de mobilização de profissionais do SUAS para se deslocarem a territórios afetados por emergências).

PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Meta - Fomentar continuamente o **cuidado psicossocial aos(às) trabalhadores(as) que atuam em resposta a desastres e às populações afetadas**, com a criação de protocolos de cuidado às equipes e às populações.

Diretriz 5: Atuação **interfederativa, intersetorial, transversal, articulada e sistêmica nas ações de proteção e defesa civil**, com a incorporação das agendas de gestão de riscos e de desastres no âmbito das políticas públicas setoriais e da adaptação às mudanças do clima

Meta - Fomentar a **participação de atores do SUAS na elaboração dos Planos de Contingência**

PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Diretriz 6: Promoção da **cultura de proteção e defesa civil**, da capacitação e da qualificação, com vistas a **fortalecer o planejamento e a execução das ações de proteção e defesa civil**

Meta - Capacitar os profissionais do SUAS em parceria com Cemaden e Sedec **no enfrentamento a situações de desastres.**

Meta - Formar profissionais, gestores e conselheiros do SUAS para a atuação em emergências.

Meta - Fomentar continuamente a **formação de gestores(as) e trabalhadores(as) em Saúde Mental e Atenção Psicossocial em Desastres (SMAPS)** e **Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP).**

PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Diretriz 7: Gestão orçamentária e financeira eficiente, com foco no planejamento e na priorização de recursos destinados à gestão de riscos e de desastres, por meio de políticas setoriais alcançadas pela PNPDEC

Meta - Estudar revisão de procedimentos para o **cofinanciamento federal do SUAS** em situações de emergência.

Diretriz 8: Participação da **sociedade civil** na gestão de riscos e de desastres

Meta - Fomentar e mediar fóruns consultivos visando o **engajamento comunitário da sociedade civi**l para articular estratégias de ação pautadas no conhecimento local.

PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Diretriz 9: Gestão da informação e da comunicação para a estruturação e a implementação de mecanismos de coleta, organização, armazenamento, análise, disseminação e uso da informação de maneira efetiva, transparente e continuada

Meta - Disponibilizar **informações sobre as ofertas de serviços, benefícios e provisões socioassistenciais** para os diferentes atores locais, com especial atenção à população.

Leia com detalhes no Blog Rede SUAS

PLANO CLIMA ADAPTAÇÃO

Objetivo Setorial 1: Fortalecer a rede de proteção social nas comunidades urbanas e rurais mais sensíveis aos impactos negativos das intempéries climáticas, **ampliando a capacidade de resiliência das famílias vulnerabilizadas.**

Meta - Formar os **gestores e trabalhadores do SUAS** em todos os estados e Distrito Federal, e nos municípios mapeados como mais vulneráveis, até 2031, visando **qualificar a atuação da Assistência Social** como parte da gestão integral de riscos de desastres, **ampliando a proteção social de famílias e pessoas** de impactos negativos de eventos relacionados à mudança climática.

PLANO CLIMA ADAPTAÇÃO

Meta - Até 2027, **integrar ações do SUAS e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)** direcionadas às populações mais vulneráveis socialmente e suscetíveis aos impactos da mudança do clima.

Meta - Até 2027, apresentar **proposta de uso do Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal** no **eixo de prevenção** da gestão de riscos de desastres (GRD)

Leia com detalhes no Blog Rede SUAS

Indicadores da COP30

Eixo 9f: Erradicação da Pobreza e Meios de Subsistência

Resultado Final

9f01 Percentagem da população que vive em situação de pobreza multidimensional em zonas altamente expostas a riscos relacionados com o clima

9f02 Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza internacional em áreas altamente expostas a riscos relacionados ao clima

9f03 Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional em áreas altamente expostas a riscos relacionados ao clima

9f04 Percentagem de trabalhadores em setores/atividades económicas vulneráveis às alterações climáticas

9f05 Percentagem de empresas que adotam medidas de adaptação às alterações climáticas

9f06 Proporção da população adulta em setores econômicos sensíveis ao clima com acesso a crédito formal

9f07 Percentagem da população abrangida pelo seguro de riscos climáticos

9f08 Percentagem da população vulnerável às alterações climáticas abrangida por sistemas de proteção social

9f09 Nível de preparação/adaptação do sistema de proteção social para responder aos impactos das mudanças climáticas

Resultado Final

10c03 Número de pessoas que sofreram impactos sociais e econômicos diretos associados a riscos relacionados ao clima por 100.000 pessoas	**Desagregado por (a) Pessoas feridas ou doentes,** **(b) Pessoas com moradias danificadas,** **(c) Pessoas com moradias destruídas,** **(d) Pessoas cujos meios de subsistência foram interrompidos ou destruídos** **(e) Pessoas com problemas de saúde mental/física como resultado;** **(f) Pessoas com barreiras de acesso a cuidados médicos ou produtos de higiene;** **(g) Pessoas em situação de deslocamento temporário ou permanente; (desalojados e desabrigados)** **(h) Pessoas que diminuíram a ingestão de alimentos como resultado;** **(i) Pessoas com queda no rendimento agrícola;** **(j) Pessoas que sofrem perdas de emprego;** **(k) Pessoas que veem aumentos em seus cuidados não remunerados ou trabalho doméstico;** **(l) Pessoas que experimentam aumentos no tempo gasto na produção de bens ambientais**

Painel II - “Antes que a emergência aconteça: prevenção, preparação e proteção social nos territórios”

Objetivo: discutir a atuação preventiva do SUAS, a preparação dos territórios e a articulação entre políticas públicas, movimentos sociais e comunidades na proteção das populações expostas a riscos e emergências climáticas.

Joelson Reis (SEAS/Recife): Ressaltou que todos os municípios precisam estar preparados para situações inesperadas, por meio de planos de contingência e planejamento específico da Assistência Social. Destacou a importância da articulação intersetorial, da organização prévia dos abrigos, recursos financeiros, insumos e equipes, além da valorização dos trabalhadores do SUAS.

Maria de Fátima Rosário (Liderança comunitária): Evidenciou o papel fundamental da solidariedade e da mobilização comunitária no acolhimento das pessoas atingidas. Alertou para as dificuldades de articulação institucional, as barreiras burocráticas de acesso a direitos e a necessidade de um acolhimento integral, que considere as necessidades de saúde, saúde mental, vínculos familiares e comunitários. Reforçou que a reconstrução da vida exige acompanhamento e proteção social continuada.

Sarah Gomes (CRAS Volante/Mariana-MG): Destacou que os desastres possuem determinações históricas, sociais e econômicas, não podendo ser tratados como fatalidades. Defendeu a continuidade da proteção social no pós-emergência, com acompanhamento familiar, escuta, articulação da rede e incorporação da temática das calamidades ao planejamento ordinário do SUAS.

Painel II - Principais consensos do debate

As exposições e o debate convergiram para cinco dimensões fundamentais:

- **Prevenção:** Conhecimento dos territórios, identificação de riscos e reconhecimento das desigualdades que ampliam a exposição das populações aos desastres.

- **Planejamento:** Elaboração de planos de contingência, protocolos e organização prévia das condições administrativas, financeiras e operacionais do SUAS.

- **Participação social:** Reconhecimento dos trabalhadores, usuários, movimentos sociais e comunidades como agentes estratégicos na prevenção e construção das respostas.

- **Proteção integral:** Acolhimento que considere necessidades materiais, sociais, emocionais, familiares e comunitárias das pessoas atingidas.

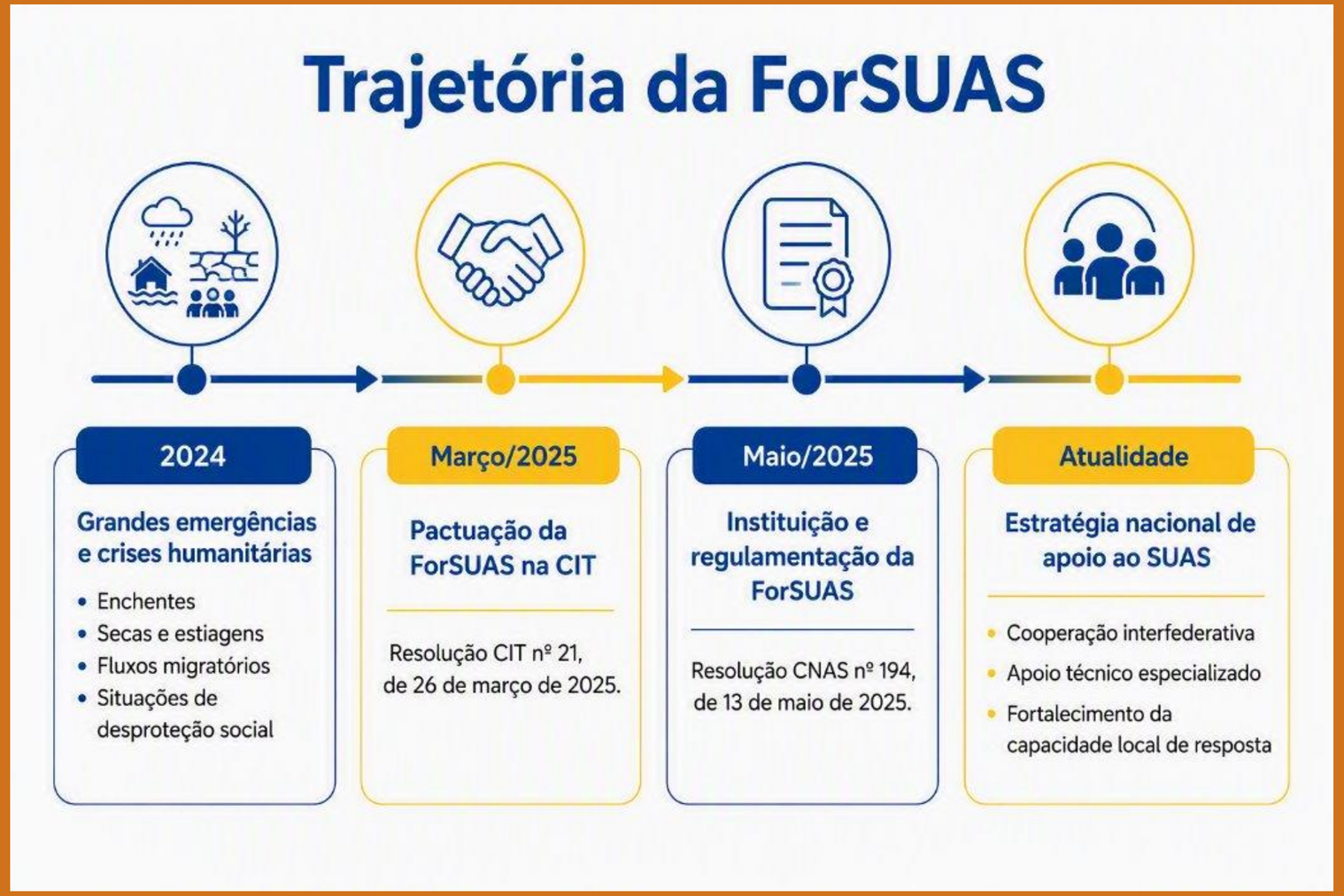
- **Continuidade:** Garantia da proteção social antes, durante e depois das emergências, acompanhando os processos de reconstrução da vida.

O SUAS deve atuar de forma territorializada, planejada, participativa e articulada, reconhecendo as desigualdades e prevenindo violações de direitos. Sua atuação não se limita à resposta imediata, mas envolve prevenção, proteção continuada e acompanhamento das populações atingidas. A redução dos riscos e a proteção da vida são responsabilidades do Estado, compartilhadas entre as diferentes políticas públicas.

O QUE É A FORSUAS?

A FORSUAS constitui uma estratégia de cooperação interfederativa com a finalidade de mobilizar e coordenar recursos humanos, materiais, logísticos e tecnológicos para atuar em ações de preparação, resposta e reconstrução dos entes federados atingidos por emergências e desastres, no que se refere às competências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Em essência, trata-se de uma equipe de apoio multidisciplinar – mobilizada regionalmente e treinada para atuar na resposta da assistência social a desastres e crises –, que reforça o quadro de trabalhadores(as) do SUAS no município. Ou seja, a FosSUAS não substitui o papel do ente federado, mas sim, fortalece a capacidade local.



COMO MOBILIZAR A FORSUAS?

Quando a ForSUAS poderá ser acionada?

- Calamidade Pública e Emergência
- Fluxo Migratório e Refúgio
- Emergência em Saúde Pública (ESPIN)
- Grave Violação de Direitos Humanos

Fluxo de Acionamento

1. Gestão Municipal ou Estadual
2. Solicitação e Termo de Aceite
3. Análise Técnica da SNAS
4. Reconhecimento pelo MDS
5. Mobilização da ForSUAS

Acesse a página oficial da ForSUAS

Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências

Referências Institucionais e Legais

	Portaria MDS Nº 1.172, de 20 de Março de 2026.
	Resolução CNAS/MDS Nº 223, de 18 de Fevereiro de 2026.

Aspecto	Portaria nº 90/2013	Portaria nº 1.172/2026
Natureza Normativa	Portaria Ministerial	Portaria Ministerial
Modelo de Cofinanciamento	Valor de Referência (VR) + adicionais por critérios de vulnerabilidade	Valor fixo por porte do ente + valor variável por pessoa desabrigada
Recurso	Específico para manutenção de abrigos temporários.	Recurso Fixo para estruturação da rede – Recurso Variável para manutenção dos abrigos temporários.
Critério principal de cálculo	Grupo de 50 pessoas acolhidas	Porte do município e numero total de pessoas acolhidas
Adicionais por vulnerabilidade	Sim (crianças, idosos, PCD, benefícios eventuais)	Não há adicionais por vulnerabilidade
Parcela Fixa por porte	Não previsto	Valores escalonados por porte: R$ 20 mil a R$ 250 mil
Prestação de contas	Genérica	Comprovação mensal
Aquisição de bens	Sem padronização	Vinculada a rol padronizado (Portaria SNAS nº 47/2025)
Acolhimento familiar e individual	Não explicitado	Expressamente autorizado
Controle Social	Implícito	Acompanhamento obrigatório pelos Conselhos

Cofinanciamento Federal:

Parcela Única



VALOR FIXO

Baseado no Porte do Município

Solicitado a cada decretação de situação de emergência ou calamidade, desde que tenha o reconhecimento federal formalizado

Parcela Mensal



VALOR VARIÁVEL

Baseado no Nº de Desabrigados

Aplicado quando houver no mínimo 10 pessoas acolhidas em abrigos temporários



TOTAL DO REPASSE

Fundo a Fundo

Parcela Fixa:



Parcela única

Na modalidade Fundo a Fundo

Observando as regras da Portaria MDS nº 1.043/2024 e a disponibilidade orçamentária do FNAS.

Painel III - “Conselhos presentes, direitos protegidos: o controle social diante das emergências climáticas

Antônio Neto: Participação social, democracia e garantia de direitos

- O modelo de desenvolvimento capitalista transformou a natureza em objeto de exploração.
- O controle social institucionaliza a participação popular nas decisões sobre as políticas públicas.
- Se não fizermos a gestão dos riscos, teremos que fazer a gestão dos desastres.
- As emergências não podem suspender direitos.
- Os conselhos devem ir além das funções administrativas e normativas, garantindo participação democrática no planejamento e nas decisões.

Luís Carlos: Articulação e participação

- É fundamental fortalecer o diálogo e o alinhamento com conselhos de outras políticas públicas.
- Os conselhos devem participar da gestão e do planejamento.
- É necessário ampliar o apoio dos governos municipais, estaduais e federal aos usuários.

Renato de Paulo: Desigualdades e gestão de riscos

- As desigualdades afetam diferentes públicos de maneiras distintas.
- As condições permanentes de desproteção influenciam a capacidade de resposta às emergências.
- O tempo administrativo da emergência não é o mesmo tempo da desproteção social.
- Não basta ter orçamento: é preciso planejamento.
- O diagnóstico territorial e socioassistencial deve subsidiar a gestão de riscos. A Vigilância Socioassistencial está sendo envolvida?

Painel III - “Conselhos presentes, direitos protegidos: o controle social diante das emergências climáticas

Desafios e reflexões do debate

Desafios para o controle social nas emergências

- Ampliar a participação dos conselhos nos espaços municipais de gestão de riscos e desastres.
- Fortalecer a articulação entre conselhos e políticas públicas.
- Reconhecer a atuação das entidades, que muitas vezes são as primeiras a chegar aos territórios.
- Tornar os conselhos mais acessíveis às populações afetadas.
- Ampliar a voz ativa e o protagonismo dos usuários.

Reflexões para o debate

- Cada conselho representa um compromisso com a democracia e a garantia de direitos.
- Se os conselhos deixassem de existir hoje, o que mudaria na vida da população?
- Como garantir que os usuários tenham mais voz nos espaços de participação e decisão?

Painel III - “Conselhos presentes, direitos protegidos: o controle social diante das emergências climáticas

Planejamento, prevenção e garantia de direitos no SUAS

- **Proteção social é direito:** a Assistência Social deve assegurar proteção diante das vulnerabilidades produzidas e aprofundadas pelas desigualdades sociais e ambientais.
- **Prevenção é responsabilidade pública:** gestão de riscos, preparação e contingência precisam integrar permanentemente o planejamento do SUAS.
- **O território importa:** reconhecer riscos, populações expostas, desigualdades e conhecimentos das comunidades.
- **Conselhos são protagonistas:** deliberar, normatizar, fiscalizar, mobilizar e avaliar, com autonomia e participação democrática.
- **Participação popular efetiva:** usuários, povos indígenas, movimentos sociais, OSCs e comunidades devem participar das decisões.

Painel III - “Conselhos presentes, direitos protegidos: o controle social diante das emergências climáticas

- **Continuidade da proteção:** serviços, benefícios, vínculos e seguranças socioassistenciais precisam ser mantidos antes, durante e depois dos desastres.
- **Financiamento e estruturação:** orçamento adequado, cofinanciamento permanente, trabalhadores valorizados e rede socioassistencial preparada.
- **Dignidade humana:** emergências não justificam precarização dos serviços, violações de direitos ou acolhimento inadequado.

Palavras de ordem:

PREVENIR • PROTEGER • PARTICIPAR • GARANTIR DIREITOS

Painel III - “Conselhos presentes, direitos protegidos: o controle social diante das emergências climáticas

- Controle social com autonomia.
- Planejamento antes da tragédia.
- Participação para além da representação.
- Proteção social permanente.
- Financiamento público adequado.
- Território, dignidade e equidade.

A EXPERIÊNCIA DE CANOAS: DESASTRE, RECONSTRUÇÃO E APRENDIZADOS

O papel da **rede socioassistencial** e do **Conselho Municipal de Assistência Social**

Experiência do desastre de 2024

- Impactos sobre o SUAS: equipamentos públicos, entidades socioassistenciais, usuários e trabalhadores foram diretamente atingidos pelo desastre climático.
- Atuação do CMAS: liberação de recursos, articulação com Governo Federal, governos locais e entidades atingidas.
- Acompanhamento da rede: monitoramento das atividades e dos serviços, buscando assegurar a continuidade da proteção socioassistencial.
- Aprendizado institucional: participação atual do Conselho na elaboração e discussão do Plano de Contingência da Assistência Social.
- Financiamento estruturante: defesa da aprovação da PEC como condição para assegurar recursos próprios e permanentes à Assistência Social.

Estamos preparados ?

1. Nosso conselho conhece os principais riscos e vulnerabilidades socioambientais do território?

2. Estamos articulados com outros conselhos, associações de moradores, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, lideranças comunitárias...?

3. A prevenção e a resposta às emergências estão contempladas no planejamento e no orçamento da assistência social? Acompanhamos o processo de construção do Plano de Contingência, do Plano Diretor e outros?

4. Temos condições de acompanhar a execução da política durante uma emergência?

5. Conhecemos os mecanismos de cofinanciamento e as orientações técnicas existentes?

6. Como garantimos a participação das populações atingidas nas decisões?

7. Conseguimos acompanhar a proteção social mesmo depois que a situação de emergência termina?



Colegiados e espaços de discussão interinstitucional

Comitê Permanente MDS para Respostas de Proteção Social em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (CCPE-MDS)

Comitê de Acompanhamento da ForSUAS (CAF)

ForSUAS Estados

DESAFIOS E PRÓXIMOS PASSOS

- 1) Criar espaços de discussão e debate, de forma a fomentar a disseminação de uma cultura para a atuação em emergências;
- 2) Rever as normativas e publicações relativas a temática, com especial, pactuação e deliberação pelas instâncias do SUAS;
- 3) Continuar o aprimoramento e revisão das normativas do SUAS
- 4) Aprofundar a atuação da Assistência Social na gestão de risco a desastres, não apenas nas respostas;
- 5) Recolocar o desastres eminentemente de cunho social, como o intenso fluxo migratório e situação de grave violação de direitos;

DESAFIOS E PRÓXIMOS PASSOS

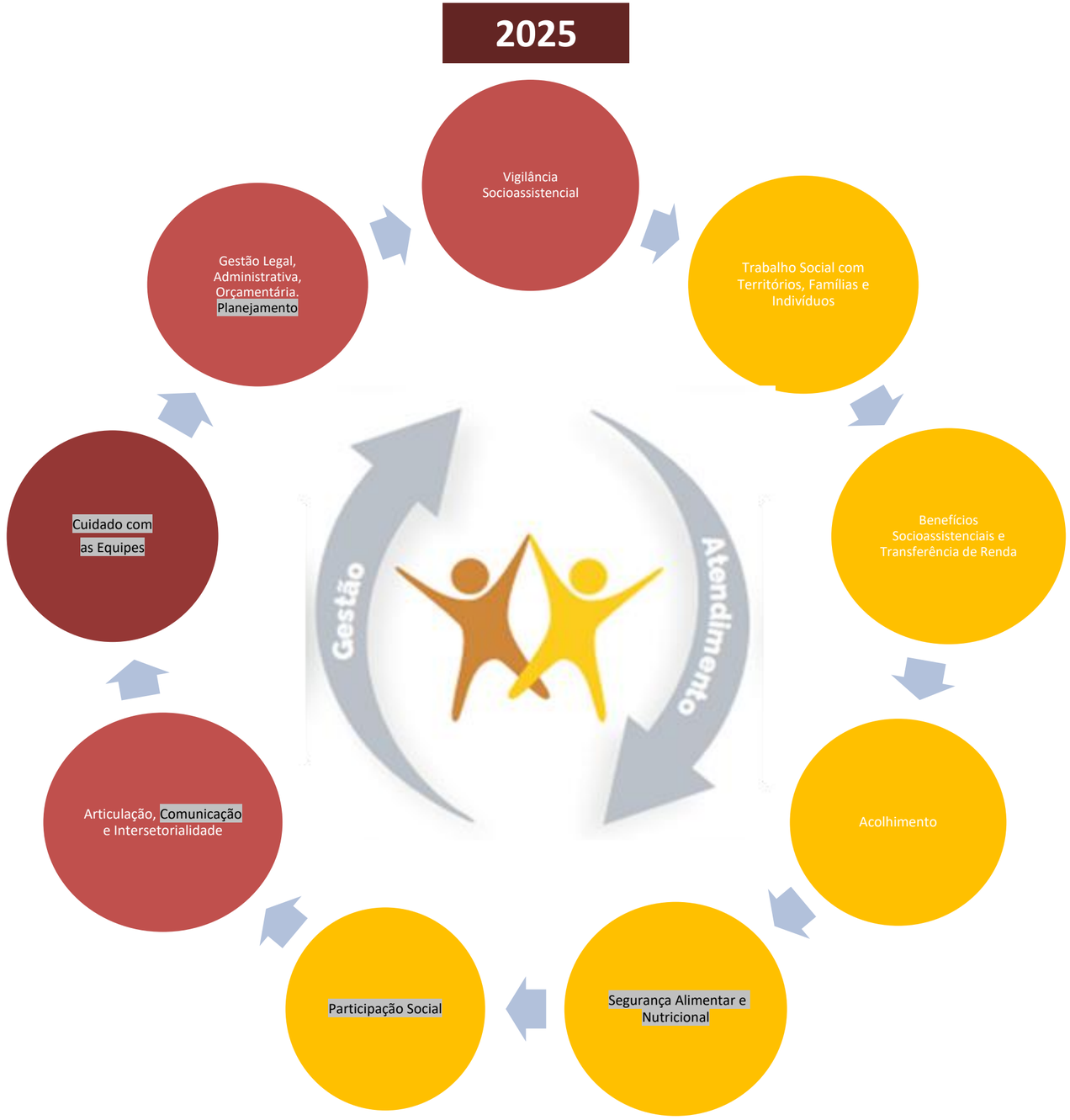
- 6) Fortalecer e fomentar a estruturação de uma rede da sociedade civil que atua em desastres;
- 7) Aprofundar o papel das Entidades e Organizações da Sociedade Civil, seu papel no Serviço de Proteção e na FORSUAS
- 8) Fomentar a qualidade das ofertas do SUAS, através da Educação Permanente e do Apoio Técnico;
- 9) Definir equipes que possam atuar de forma continuada com a temática;
- 10) Fomentar e fortalecer o diálogo intersetorial para definir parâmetros de colaboração mútua com o Defesa Civil, Saúde, Habitação, Sistema de Garantia de Direitos, entre outros e
- 11) Fomentar a participação dos usuários e o Controle Social nas decisões relativas à atuação do SUAS, em especial, em decisões relativas à reconstrução e autonomia de suas trajetórias de vida.

Eixos de atuação

2023



2025





LISTA DE CONTATOS

CCPE	ccpe@mds.gov.br
Assistência Social – Emergências e Calamidades Públicas	emergencianosuas@mds.gov.br forsuas@mds.gov.br (61) 99321-0068
Aquisição Direta de Alimentos, PAA e Cozinhas Solidárias	gabinete.sesan@mds.gov.br

Para o cidadão:

https://www.gov.br/mds/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria

Telefone (Disque Social): 121

WhatsApp: (61) 4042-1552

Encaminhamentos

PARA O CONTROLE SOCIAL:

PARA A GESTÃO:

OBRIGADA!

SUAS

Sistema Único de Assistência Social